

A "doença infantil" que ameaça a Constituinte

Em uma entrevista que concedeu ao *Jornal da Tarde* esta semana, o professor Cristovam Buarque, reitor da Universidade de Brasília e membro da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, faz uma feliz e profunda análise da mentalidade que ainda hoje predomina entre nossos homens públicos e que constituiu o grande entrave para a plena redemocratização do País.

"Nós estamos caminhando em cima de um território democrático, mas com a cabeça, ainda, de cidadãos de ditadura."

O melhor exemplo disso o reitor da UnB encontra no comportamento confuso e obscuro da comissão presidida pelo ex-ministro Afonso Arinos de Melo Franco. Segundo ele, ao mesmo tempo em que os iluminados constituintes bionicos liberam o funcionamento da sociedade, criam para os indivíduos proteções como se o País ainda vivesse numa ditadura.

O professor Buarque, que participou também do grupo de trabalho — a Copag — que preparou um programa econômico-social para o presidente Tancredo Neves, critica ainda, com veemência, a tendência de seus companheiros para a manutenção, no texto constitucional, de princípios que garantem a existência de um "Executivo forte" em detrimento dos outros dois poderes — o Legislativo e o Judiciário — e da sociedade civil.

"Se o País todo vira um grande fórum de debates e se o Congresso é o espelho deste grande fórum nacional com representantes autênticos, como se espera que uma eleição democrática torne realidade, não é preciso um Executivo demasiadamente forte e protegido. Ao contrário, tem-se de desproteger o Executivo e permitir que o Congresso funcione livremente."

O comportamento da Comissão Constitucional de Estudos Provisórios, porém, tem contrariado quase sempre essas posições defendidas pelo reitor da UnB. Como já mostramos em vários editoriais publicados neste espaço, a maioria das decisões emanadas dos iluminados bionicos indicam uma tendência estabilizante e autoritária realmente preocupantes. O que, aliás, não faz a menor questão de disfarçar o bionicomor, seu presidente, o ex-ministro e ex-senador Afonso Arinos.

O professor Afonso Arinos, depois de haver militado na UDN no tempo da ditadura de Getúlio Vargas e do segundo governo Vargas, dois marcos no processo de estatização da economia brasileira, que, então, ele combateu; depois de haver sido apontado como um dos expoentes do liberalismo no Brasil, chega aos 80 anos convertido a um tipo de democracia social que nada mais é do que um socialismo maldisfarçado. Conceitos que certamente ele aprendeu e cultivou nos anos em que passou nos braços do Estado, seja como professor universitário, seja como ministro, embaixador ou parlamentar.

As distorções conceituais — ou a deliberada confusão — entre o que seja um projeto de cunho social e um projeto socializante, em que está incorrendo com demasiada freqüência a Comissão dos "notáveis", são denunciadas também por outro de seus membros, o professor Miguel Reale. Em um artigo publicado em um jornal de São Paulo em que promete surpresas no relatório final do grupo constitucional — assim seja, esperamos — e procura explicar alguns dispositivos já aprovados e que, segundo ele, estão sendo mal-interpretados, o ex-reitor da USP indica os pontos — "de extrema gravidade" em que (as palavras são dele) "claudicamos por excesso de socialização mal-entendida (grifo nosso), quando não em virtude de nativismo anacrônico".

Alguns desses equívocos, segundo o brilhante jurista e filósofo paulista:

"...ao mesmo tempo em que alargamos com acerto os direitos dos brasileiros naturalizados, abrimos campo à nacionalização (leia-se estatização) de empresas estrangeiras segundo planos do Congresso Nacional ou temos a ingênua pretensão de subordinar ao foro de Brasília as questões que possam surgir nos contratos de empréstimos externos".

"Socialização às avessas é também o direito assegurado ao analfabeto para concorrer em funções eletivas, quando eles são manifestamente incapazes de conhecer, pessoal e diretamente, os textos das leis, das emendas oferecidas nas Comissões ou no plenário, bem como de ter conhecimento das apreciações críticas pela imprensa."

"E que dizer da pretendida reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas das universidades para 'estudantes das classes de baixa renda'? Fala-se, em tal caso, em concurso, mas não se esclarece se haverá um concurso rigoroso para os ricos e outro mais complacente para os pobres e remediados. A dificuldade de acesso das populações carentes às universidades é um fato social indiscutível, mas não pode ser resolvido à custa do nível do ensino universitário."

As barbaridades que esta Comissão — mesmo que provisória, pouco representativa e formada mais por critérios políticos do que técnicos e culturais — está cometendo são de tal monta que, se levadas adiante e acatadas pelo governo Sarney como o texto base a ser sugerido à Assembléia Nacional Constituinte, podem colocar em risco o regime democrático no País. A Comissão parece não ter nenhum compromisso com a realidade, mas apenas com o vedetismo e a empáfia de seu presidente. E, naturalmente, com as pressões dos grupos ideológicos que conseguiram ser indicados para ela. É este conluio entre a irresponsabilidade e a vaidade que pode comprometer o futuro texto constitucional, se vozes como as do professor Cristovam Buarque e do jurista Miguel Reale não forem ouvidas a tempo.

O professor Reale mostra, delicadamente, que os escorregões freqüentes de seus colegas são fruto de uma "socialização mal-entendida". Traduzindo, o que o ex-reitor da USP quis dizer é que o que impera na Comissão é uma certa incompetência, um desconhecimento das modernas doutrinas políticas. Mas não é só isso. O chefe dos "notáveis" parece também atacado de uma certa doença infantil, magistralmente descrita pelo filósofo espanhol José Ortega y Gasset em "Mirabeau ou o Político":

"Talvez o que mais diferencie a mente infantil do espírito maduro seja que aquela não reconhece a jurisdição da realidade e deturpa as coisas com imagens desejadas. Sente o real como uma matéria mole e mágica, dócil às combinações de nossa ambição. A maturidade começa quando descobrimos que o mundo é sólido, que a margem de folga concedida à intervenção de nosso desejo é muito escassa, e que um pouco além dele levanta-se uma matéria resistente, de constituição rígida e inexorável".